

# OS RETROCESSOS SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL PÓS GOLPE DE 2016

Área Temática 4: História econômica e social

## RESUMO

O golpe de 2016 gerou impactos sociais, políticos e econômicos para o País e seus cidadãos, pois, o grupo que assumiu o comando do Estado (governo Michel Temer) adotou escancaradamente a política neoliberal, para não dizer ultraliberal. Este estudo constitui-se por uma reflexão a partir da análise da literatura científica sobre a temática, bem como na Emenda Constitucional 95 de 2016, que tem como objetivo identificar a influência da política macroeconômica nos pós golpe de 2016, na perda de direitos e no aumento da desigualdade social da população brasileira. A política neoliberal foi sentida principalmente pela classe trabalhadora, por causa das mudanças nas relações de trabalho, como a terceirização irrestrita que fragiliza o vínculo entre o trabalhador e a empresa dificultando, assim, o acesso a direitos básicos, e precariza as condições de trabalho; a reforma trabalhista com a legalização do trabalho intermitente e, que, também dispõe sobre a prevalência do negociado sobre o legislado e, ainda, oportuniza a negociação direta entre a empresa e o trabalhador; tudo isso sob a promessa de criação de 6 milhões de empregos que nunca se concretizou (Cardoso, 2019). Sob o comando de Jair Bolsonaro, em 2019, foi aprovada, então, a reforma da previdência, a qual aumentou o tempo de contribuição e estabeleceu uma idade mínima, além de reduzir os valores das aposentadorias. A retomada da política de privatizações, para além de ameaçar a soberania nacional com a entrega de setores estratégicos a empresas multinacionais, precariza e encarece a prestação de serviços a toda a população e afeta milhares de trabalhadores. Essa nova ordem de gestão do País trouxe consigo perdas de direitos sociais, retrocessos em políticas públicas em setores como educação, saúde, seguridade social, segurança, dentre outros, gerando insegurança, descontentamento e vulnerabilidades para toda a população brasileira. Os resultados apresentados revelam os prejuízos da classe de eletricitários com as privatizações, como precarização das condições de trabalho, redução de direitos e aumento do número de acidentes. Os estudos relacionados à saúde dos trabalhadores revelam uma tendência do setor ao adoecimento relacionado à saúde mental. Já os estudos feitos no âmbito dos sindicatos trazem as

alterações nas relações de trabalho e dos sindicatos com a mudança da forma de atuação destes no início da década de 1990, as privatizações e a terceirização das atividades no setor elétrico.

**Palavras-chave:** política macroeconômica, trabalhador, privatizações, reforma trabalhista, reforma previdenciária